

O COMÉRCIO INFORMAL NA CIDADE DE SANTA MARIA - RS (1980-2011)¹

INFORMAL TRADE IN THE CITY OF SANTA MARIA, RS (1980-2011)

Matheus Rosa Pinto² e Roselaine Casanova Corrêa³

RESUMO

Este artigo é parte do Trabalho Final de Graduação (TFG) defendido no Curso de História do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) no segundo semestre do ano de 2012. Neste trabalho, teve-se por objetivo abordar de que maneira se deu o desenvolvimento do comércio informal na cidade de Santa Maria (RS) no período de 1980 a 2011, e de que maneira as atividades dos comerciantes foram recebidas pelos diferentes segmentos sociais afetados neste processo. Além do mencionado acima, também se configuram como focos do estudo: questões sobre a evolução urbana da cidade, a situação econômica na época e as percepções dos trabalhadores formais, informais e da mídia municipal sobre essas atividades, a forma que se deu o processo de crescimento das atividades informais e suas peculiaridades em uma cidade do centro do estado do Rio Grande do Sul. Com a pesquisa, pode-se notar que a cidade passou pelas mesmas crises empregatícias que outros grandes centros nacionais nos últimos anos do século XX e primeiros anos do século XXI. Crises essas que auxiliaram no surgimento de atividades precárias e inseguras. Sem um controle das instituições políticas municipais, quando ocorre um crescimento descontrolado destas práticas, a medida comum foi impor trocas de localização, visando atenuar os efeitos do comércio informal na cidade. Isso sem considerar a prática do trabalho dos vendedores. Essa atitude se demonstrou ineficaz e confusa, tornando a atividade informal precária estigmatizado e, em muitos casos, marginalizado por outros setores da sociedade, complicando a sua aceitação e atividades. Neste artigo, trabalha-se com pressupostos teóricos da história oral e considerações sobre evolução urbana e do mundo dos trabalhos em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: comerciantes, evolução urbana, situação econômica, crises empregatícias.

ABSTRACT

This article is part of the undergraduate monograph presented in the History College of Franciscan University in the second half of 2012. It aims to address that way the informal trade developed in the city of Santa Maria, RS, in the period from 1980 to 2011, and how the activities of traders were received by the different social groups affected in this process. In addition to this, the articles also focuses on the urban evolution of the town, the economic situation, the perceptions of formal and informal workers, and the local media about these activities, how the growth of informal activities took place. The city went through the same employment crisis as other major cities went through recently. These crises gave rise to precarious and unsafe activities. Without a rigid control by the municipal political institutions, the common measure was to move these activities to different places in order to mitigate the effects of informal trade in the city. This attitude is considered inefficient and confusing, making it stigmatized and, in many cases, marginalized by some sectors of society. It is used in the article some theoretical concepts of oral history and some considerations on urban evolution and work in a city in the countryside of Rio Grande do Sul.

¹ Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmico do Curso de História - UNIFRA. E-mail: matheuspbutia@hotmail.com

³ Orientadora - UNIFRA. E-mail: casanova@unifra.br

Keywords: *traders, urban development, economic situation, employment crises.*

INTRODUÇÃO

O comércio chamado de informal ganha cada vez mais destaque nas cidades grandes. Fato este que pode ser comprovado com o grande número de “Shopping Populares” que existem nestes centros urbanos. No Rio Grande do Sul, além de Santa Maria, pelo menos três outras grandes cidades dispõem espaços destinados para tais atividades - Porto Alegre, Pelotas e Caxias do Sul. Mas como se deu tal processo? Quais suas motivações? Para responder tais questionamentos, é necessário compreender quais os rumos da política nacional dos anos que antecedem o fenômeno e em que intensidade isso foi um fator relevante nos rumos da sociedade santa-mariense.

O recuo temporal tem como destino o início dos anos 1960, mais precisamente no governo do mineiro Juscelino Kubitschek, passando pelas medidas para conter a inflação instituída pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985). O início da década de 1960 trouxe grandes novidades para a cidade de Santa Maria. Pelo lado das benesses, encontra-se a instalação da primeira Universidade Federal fora de uma capital do país, a UFSM - Universidade Federal de Santa Maria - e negativamente, com o sucateamento e, conseqüentemente, o abandono do setor ferroviário nacional, fazendo com que a cidade do centro do Rio Grande do Sul perdesse seu motor propulsor. O processo que culminou nessa ‘queda livre’ das atividades ferroviárias teve seu ápice nos anos do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), já que o mesmo passou a privilegiar outras áreas da economia, que não as ferrovias. Sobre esse tema, Singer (apud LOSNAK, 2004, p. 121) acena que

houve investimentos em várias áreas (produção siderúrgica, de eletricidade, alumínio, de cimento, de celulose, refino de petróleo, crescimentos nas áreas de material de transporte e transporte propriamente dito, de material elétrico, de química, de mecânica, metalúrgica e borracha, dentre outros) articulados ao “boom” do pós-guerra e à difusão do capital internacional por alguns países pobres.

A época do entroncamento ferroviário pertencia ao passado. Agora a realidade era a do polo educacional em desenvolvimento e, neste contexto, a cidade deveria moldar-se para comportar este novo ‘cliente’⁴. O comércio, as habitações, os meios de comunicação, lazer, o setor de saneamento, vias e acessos, tudo passou a girar em torno da Universidade. O eixo principal da cidade não era mais a Avenida Rio Branco. O centro passou a ser a Rua do Acampamento e seus arrabaldes, sobretudo a Rua do Comércio (atual Rua Dr. Bozano), onde as lojas se empilhavam cada vez mais.

Mesmo com essas intensas mudanças, o âmago da cidade de Santa Maria permaneceu o mesmo: o setor terciário. Todavia, o fim dos empregos da ferrovia, o aumento no fluxo migratório para

⁴ Contingente de estudantes e suas famílias, que chegavam à cidade.

a cidade, focado principalmente no êxodo rural-urbano⁵, além da diminuição dos trabalhos ‘seguros’ de carteira assinada, acabou por afetar a cidade e seus cidadãos. O desemprego tornou-se uma dura realidade, agravada pelas políticas econômicas durante o governo civil-militar (1964-1985), que visavam à diminuição dos processos inflacionários que o país convivia constantemente. Para tal, o governo instituiu o ‘achatamento salarial’ e, conseqüentemente, o número de empregos caiu também.

Esse quadro não favorecia a sociedade no geral, mas, principalmente, os setores menos preparados da sociedade. Convivendo com esse quadro, muitos indivíduos passaram a conviver com formas de emprego inseguras e efêmeras para conseguir algum tipo de sustento, entre as quais está o comércio informal⁶. Compreendendo todos os acontecimentos dos últimos 50 anos no Brasil é que o estudo sobre o comércio informal na cidade de Santa Maria se justifica como objeto relevante de pesquisa. As crises econômicas, vinculadas ao constante crescimento da cidade e, conseqüentemente, do alargamento das desigualdades sociais servem como mecanismos propulsores deste tipo de atividade. O comércio informal se apresenta como mais um produto dos processos que tiveram início durante a expansão do capitalismo, como o êxodo rural, as desigualdades e a busca incessante de lucros e *status*.

Segundo Cacciamali (1983), afirma que o setor informal se torna um organismo subordinado ao movimento das empresas capitalistas, vinculando com a gradual expansão da atividade de ambulantes nas ruas de Santa Maria e o início dos conflitos com o setor formal e parcelas do governo municipal. Para a autora, as principais características desse setor eram: 1) o trabalhador vivia de sua força de trabalho e, em alguns casos, utilizava-se do trabalho familiar ou, mais raramente, subcontratava ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; 2) tinha como objetivo a obtenção de uma renda para consumo individual e familiar, visando a manter também suas atividades econômicas.

A partir da década de 1990, observa-se um considerável crescimento da economia informal nas médias e grandes cidades brasileiras, passando a englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores. Paralelamente a esse aumento, tem-se o crescimento de outras formas de trabalho não regulamentadas pela legislação trabalhista, que podem ser vistas como participantes de um contexto mais amplo de precarização do trabalho.

O setor da economia informal é, notadamente, um dos que mais se desenvolveu nos últimos tempos. Kraychete⁷ (2000) afirma que entre 1994 e 1999, embora a economia tenha apresentado

⁵ Botega (apud RIBEIRO; WEBER, 2012) afirma que, “entre 1950 e 1990, a população urbana da cidade cresceu impressionantes 410%” (p. 75).

⁶ Segundo Cacciamali (apud ANTUNES, 2006), os trabalhadores informais tradicionais estão inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nessa atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes temporários (p. 431).

⁷ “Segundo levantamento do IBGE (apud KRAYCHETE; LARA; COSTA, 2000), “Na década de 1990, mais do que duplica o tempo médio em que um trabalhador desempregado demora em encontrar um emprego. Em 1990 [...], o tempo de procura era de 15 semanas. Em abril de 1999, este tempo aumentou para 42 semanas. [...] O crescimento do desemprego foi acompanhado por uma modificação na composição da estrutura ocupacional, com uma diminuição gradativa, desde os anos de 1980, da mão de obra empregada na indústria e no setor primário, e um aumento do terciário, que cresce deteriorando-se, absorvendo ocupações instáveis e mal remuneradas” (p. 18).

evolução positiva do PIB, o volume de emprego assalariado com carteira profissional em todo o país foi reduzido em 1,5 milhão. Nos anos 1990, portanto, há uma forte ampliação das ocupações por conta própria, visando fugir da crise do desemprego. Pochmann (2000, apud SILVA; YAZBEK, 2006) entende que essa conjuntura, que combina ao mesmo tempo a elevação da taxa do desemprego e da precarização, ajuda a ampliar o espaço da informalidade⁸ na década de 1990, agravando ainda mais a heterogeneidade presente na estrutura ocupacional no país.

Antunes (2011) entende que houve uma tendência a *subproletarização* do trabalho, presente nessas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, vinculados à “economia informal”. Pesquisas da OIT (Organização Internacional do Trabalho) apontam que este tipo de prática ganha cada vez mais espaço nos grandes centros urbanos, tanto que em algumas das principais cidades do estado do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, Caxias, Canoas, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria - existem locais fixos para este tipo de prática trabalhista.

A pesquisa tem como enfoque o grupo de vendedores informais que passaram a vender seus artigos pelas ruas de Santa Maria durante esses períodos de crise e de apreensão geral. Deixamos claro o recorte, pois o setor informal engloba uma enormidade de grupos⁹, que desempenham diferentes funções como, por exemplo, vendedores de roupas, as feiras agrícolas, os serviços de tele-moto, etc., sendo deveras complexo encaixá-los em um modelo único.

Nessa perspectiva, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre os mecanismos de incorporação do social dos indivíduos, pois tem a possibilidade de trabalhar com documentação oficial e relatos sobre os casos de indivíduos participantes do mesmo. A história do tempo presente pode permitir com mais facilidade as necessárias articulações que tecem os laços sociais. Chauveau e Tétart (1999) salientam que é função do historiador trabalhar também as temáticas mais atuais, auxiliando assim as novas gerações a entenderem o que se passa ao redor delas, dotando-as de capacidade de fazer o ‘recuo’ histórico e, mais ainda, mencionando que esta forma de produzir história somente será possível (caso haja um posicionamento firme e ético) desvinculando ao máximo as inclinações pessoais sobre o tema escolhido, pois, além de testemunha, o historiador é narrador e formador de opinião.

As transformações que têm marcado o campo da história, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da cultura e reincorporando o papel do indivíduo no processo social, vêm, portanto, estimulando o uso das fontes orais e restringindo as desconfianças quanto à utilização

⁸“No Brasil, a informalidade apresenta-se heterogênea, envolvendo grupos de trabalhadores com qualificação diferenciada e variadas formas de organização da produção. Está articulada de forma subordinada aos movimentos de expansão e reprodução do capital. Seu espaço é ampliado ou reduzido de acordo com esses movimentos, já que, em seu interior, estão atividades criadas para suprir necessidades geradas pelo capital” (LIRA apud SILVA; YAZBEK, 2006, p. 140).

⁹“No Brasil, a informalidade apresenta-se heterogênea, envolvendo grupos de trabalhadores com qualificação diferenciada e variadas formas de organização da produção. Está articulada de forma subordinada aos movimentos de expansão e reprodução do capital. Seu espaço é ampliado ou reduzido de acordo com esses movimentos, já que, em seu interior, estão atividades criadas para suprir necessidades geradas pelo capital” (SILVA; YAZBEK, 2006, p. 140).

da mesma. A história oral é um dos meios em que se podem reconstituir os processos e revelar informações que de outra forma se perderiam. Segundo Amado e Ferreira (1998), a história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais). Também dá acesso à história do cotidiano e da vida privada (numa ótica que é o oposto da tradição francesa da história da vida cotidiana), à história local e enraizada.

Sintetizando esses diferentes direcionamentos, percebemos que a História Oral aparece hoje como um campo de grandes possibilidades para o pesquisador, pois, do ponto de vista metodológico, ao trabalhar com diferentes fontes e ao levantar novas questões sobre a memória e a produção de fontes tradicionais e pelo conteúdo, tão voltado para o social e para os grupos marginalizados, ela incentiva que pensemos a oralidade em toda a sua funcionalidade como ferramenta de transmissão de valores, sentimentos, visões de mundo.

Em suma, a informalidade como objeto de estudo apresenta um imenso leque de possibilidades para compreender a sociedade, a economia, a política, as migrações, o mundo dos trabalhos, as identidades. Além de estudar os diversos deslocamentos efetuados por agentes sociais - considerando que em sua origem estão, muitas vezes, a busca por trabalho e novas formas de sobrevivência ou mobilidade social, bem como suas relações com os mundos do trabalho - os processos de organização, conflito e hierarquização.

O SURGIMENTO, DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO INFORMAL EM SANTA MARIA E A FUNDAÇÃO DO CAMELÓDROMO (1980-1995)

O trabalho informal¹⁰ em Santa Maria, nos moldes que conhecemos hoje, tem seu início no virar da década de 1980. Durante os primeiros anos, estas atividades foram desenvolvidas por pequenos grupos de artesãos locais que ficavam expondo seus trabalhos manufaturados pelas principais ruas da região central de Santa Maria. Nesse momento, os principais produtos comercializados eram brincos, colares, acessórios para casa. Segundo Franchi (2012), “inicialmente não havia muita concorrência no setor, fato que auxiliou os trabalhadores na formação de uma clientela fiel e recorrente, alcançando assim maiores lucros”.

Com o passar do tempo, os manufaturados deram espaço aos industrializados e, na sequência, o comércio de objetos falsificados. O grupo de vendedores informais trazia no seu interior diferenças e divisões. Neste ínterim, havia segmentações dentro do grupo que desempenhavam essas funções.

¹⁰ O termo informal é usado para designar práticas diferentes. Grosso modo, refere-se à atividade econômica caracterizadas por: “a) unidades produtivas baseadas no descumprimento de normas e legislação concernente a contratos, impostos, regulações e benefícios sociais; b) ocupações sem proteção social, garantias legais e estabilidade, sendo recorrente ainda o fato de serem atividades de baixa produtividade, sem estabilidade, baixos salários, quando não se realizam sem remuneração por ação de familiares e autoemprego” (BARBOSA apud SILVA; YAZBEK, 2006, p. 95).

Acerca disso, Possebom (2010) acena que os trabalhadores informais de Santa Maria

eram subdivididos em três grupos: camelôs (que trabalhavam em bancas, na Praça Saldanha Marinho e ao longo do canteiro central da Avenida Rio Branco), ambulantes (que tinham bancas em calçadas em locais fixos ou não) e artesãos (que apesar de dividir o espaço de trabalho com ambos os grupos anteriores tem um diferencial: são regularizados) (p. 37).

A partir deste crescimento, a fiscalização se tornou mais recorrente e a tensão entre vendedores formais, órgãos reguladores do governo municipal, partes da população local e outros trabalhadores informais passou a aumentar gradativamente. Demonstrando isso, em reportagem de um jornal local lê-se que “o vereador Rejane Flôres (PDS) solicitando maior fiscalização do comércio ambulante nas ruas centrais da cidade. Na opinião do pedessista, o Centro estava uma verdadeira baderna, com um festival de lixo e contrabandistas” (JORNAL O EXPRESSO, 1990, p. 09).

O conflito entre comerciantes formais e informais pode ser comprovado através das reclamações feitas por alguns lojistas da cidade, que, em suma, não achavam justa a disputa entre os envolvidos no processo, pois, em muitos casos, os vendedores ambulantes postavam-se nos arredores de grandes lojas da cidade desenvolvendo lá suas atividades comerciais. Os mesmos não pagavam impostos sobre as mercadorias, apenas um piso para a prefeitura do município para trabalhar nas ruas, e, na maioria das vezes, comercializavam produtos falsificados com menor preço que o produto vendido pelo comerciante formal.

As poucas barraquinhas de antes aumentaram de número, os produtos comercializados também mudaram e os conflitos não paravam de se potencializarem. As pressões de alguns setores da sociedade santa-mariense (vendedores formais, informais e pedestres), no governo municipal, eram cada vez mais fortes e recorrentes e, neste contexto, foi decidido que seria fundado um mercado público na região central da cidade.

Acerca dos fatores que levaram o poder público a criar um centro comercial destinado às práticas informais, além das mencionadas querelas entre formais e informais, surgem questões urbanas, turísticas e a dos próprios camelôs. Pelo viés estético, a presença de barracas pelas calçadas e nas ruas da região central acabava por prejudicar o trânsito de pedestre e as atividades turísticas. Acerca disso, afirma Possebom (2011):

O primeiro local planejado para o camelódromo municipal foi entre a Praça Saldanha Marinho e a Rua dos Andradas, na Avenida Rio Branco. Com este projeto, os camelôs que se dispunham na Avenida apenas trocariam de lado e os da Rua do Acampamento seguiriam em um local central, sendo que o modelo de construção era pensado em módulos (p. 44).

O projeto foi elaborado rapidamente e a maioria dos ambulantes concordou com a mudança, pois esses acreditavam nos benefícios prometidos, seja financeiramente, na organização ou segurança. Contudo, no outro extremo, havia alguns vendedores que não achavam que a mudança seria benéfica, pois perderiam sua liberdade.

Mesmo com esse impasse, após a decisão da criação do Camelódromo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria deixou de expedir alvarás de liberação para o comércio nas ruas da cidade, buscando assim um controle e o impedimento do aumento do número de camelôs. Sendo assim, apenas aqueles que estivessem legalmente cadastrados seriam transferidos para o Camelódromo e, após sua construção, a prefeitura prometia fiscalizar e punir com severidade aqueles que tentassem desenvolver as atividades fora do camelódromo.

Após um debate entre o governo municipal e os vendedores ambulantes, foi tomada a decisão de que o camelódromo seria construído na mesma Avenida Rio Branco e que caberia à Associação dos Ambulantes de Santa Maria (ACASM) a divisão e instalação dos vendedores dentro do mesmo. As obras do camelódromo municipal de Santa Maria foram concluídas em meados de 1991, tendo atrasado alguns meses do que havia sido previsto no início do projeto. Sobre o mesmo, o secretário interino informa, em reportagem do Jornal O Expresso (1991), que

o Camelódromo atenderá cerca de 60 camelôs, que atualmente se encontram distribuídos na Rua do Acampamento, na Avenida Rio Branco, Alberto Pasqualini e imediações da Rodoviária. Todos os Boxes ou casinhas abrigarão dois vendedores, haverá também um Box no Camelódromo para a administração e outro para segurança e banheiro (p. 11).

As regras impostas pela Prefeitura Municipal eram claras e faziam parte de um posicionamento mais rígido. A ideia era erradicar o comércio desordenado pelas ruas de Santa Maria e possibilitar melhores condições aos trabalhadores informais.

Os primeiros anos de Avenida Rio Branco se apresentaram de forma tranquila, não existindo críticas no sentido de infraestrutura. Segundo o comerciante informal João Mafalda, “na Avenida Rio Branco, na época da fundação, foi feito tudo muito bem estruturado” (2012). A ideia de dois comerciantes por quiosque era seguida a risca durante os primeiros tempos. Contudo, no sentido de lucratividade e organização interna dos camelôs, os primeiros momentos não foram de sucesso. Mafalda afirma que “no início foi terrível. Porque tu tava [sic] acostumado com um espaço bem maior e com uma clientela já estabelecida. Foi bem difícil nos primeiros tempos” (2012).

Outro ponto que atrapalhou nos primeiros tempos de Camelódromo foi a permanência de vendedores pelas ruas de Santa Maria. Ou seja, houve apenas uma substituição de agentes. No lugar daqueles 57 ambulantes que foram para o centro comercial, outros ocuparam o antigo espaço. Este fato é reflexo do contexto econômico e trabalhista do país. Segundo Kraychete (2000),

nos anos de 1990, todas as regiões brasileiras apresentaram taxas de desemprego que são, no mínimo, o dobro das verificadas no final da década de 1980 [...]. O crescimento do desemprego foi acompanhado por uma modificação na composição da estrutura ocupacional, com uma diminuição gradativa, desde os anos de 1980, da mão de obra empregada na indústria e no setor primário, e um aumento do terciário, que cresce deteriorando-se, absorvendo ocupações instáveis e mal remuneradas (p. 17-18).

A constante crise econômica causou um gradual alargamento das atividades informais, tanto em Santa Maria, como no país inteiro. A organização inicial para cerca de 60 vendedores demonstrou-se insuficiente com o passar dos anos. A fiscalização também não conseguiu dar conta da demanda e nem mesmo a organização interna dos vendedores mantinha níveis recomendáveis.

DOS PROBLEMAS A NOVA CASA: FRAGILIDADE NO PROJETO DO CAMELÓDROMO E ORGANIZAÇÃO DO *SHOPPING* INDEPENDÊNCIA

Quando da virada para século 21, a situação dos vendedores informais já era tida como algo prejudicial para a cidade. Não havia controle do que se comercializavam no Camelódromo, tampouco os comerciantes achavam que aquela situação era correta. A antiga localização havia sido alargada para mais uma quadra abaixo. Ou seja, não somente o trecho entre a Rua Venâncio Aires e a Rua dos Andradas comportava o centro comercial informal, a quadra da Rua Silva Jardim também era tomada por aquelas barracas e suas lonas de cor laranja.

Além disso, o comércio pelas esquinas do centro da cidade permanecia a todo vapor. Os CDs e DVDs eram facilmente encontrados e a fiscalização nada fazia para impedir tal comércio, pois a participação da mesma no Camelódromo também era quase inexistente. O quadro não permitia demora na tomada de atitudes. O Poder Executivo Municipal estava sob o comando do Prefeito Valdeci de Oliveira (PT - Partido dos Trabalhadores) e este passou a ser o alvo de cobranças pela situação do Camelódromo no centro da cidade. Sendo assim, segundo Mafalda (2012)

um projeto visando a retirada dos vendedores informais da Avenida Rio Branco passou a ser elaborado. Depois de 15 anos, uma nova mudança seria proposta e todas as partes envolvidas esperavam que não somente o local fosse mudado, mas também a realidade do comércio informal de Santa Maria.

A partir de meados de 2005, as notícias sobre o *Shopping* Popular tornaram-se recorrentes na mídia eletrônica. Todavia, os jornais da época pareciam ignorar a temática, fazendo com que as fontes dos acontecimentos fossem basicamente advindas da internet. A primeira notícia da qual se teve acesso trata de um encontro do Prefeito Municipal Valdeci de Oliveira (PT) com os vendedores informais de Santa Maria para discutir a implementação do *Shopping* Independência,

Valdeci conversou com os camelôs e ambulantes. As duas audiências duraram cerca de uma hora e trinta minutos. Nas reuniões, Valdeci esclareceu que o projeto apresentado é um esboço e que há possibilidade de sugestões e modificações. O prefeito afirmou que o projeto inicial prevê a existência de 194 estandes no Shopping Popular distribuídos em três pavimentos, sendo que cada categoria atuaria em um andar determinado, conforme reivindicação feita pelos trabalhadores ao Executivo.

Ainda no ano de 2005, o prédio onde funcionava o antigo Cine Independência foi escolhido como o local do *Shopping* Popular na cidade e a compra foi concluída pelo Poder Executivo

Municipal no mesmo ano. Os valores giraram em torno de 1,2 milhões de reais que seriam pagos em 22 parcelas, sendo 21 parcelas de 55 mil reais e a última de 45 mil. A transferência dos vendedores informais da Avenida Rio Branco para o *Shopping* Popular não resultava somente de motivações econômicas e de segurança. A (re) organização urbana também estava em pauta. Tendo sido um dos cartões postais de Santa Maria, imponente e majestosa em tempos de ferrovia, a Avenida Rio Branco - anteriormente Avenida Progresso - convivia com dias nebulosos. A proliferação das bancas com suas lonas chamativas deixavam aquele espaço de passeio urbano cinzento e ‘mal habitado’.

A situação de tensão entre os vendedores informais e o poder público passava a ser constante. O discurso do Prefeito Municipal era o de erradicar os problemas enfrentados por estas práticas. Para tal, tornou-se recorrente a apreensão de artigos comercializados nas ruas da cidade. Com este crescimento desordenado, era claro que o controle do espaço não seria fácil, tampouco rápido. De acordo com reportagens de jornais locais, esperava-se que, em 2007, as obras do *Shopping* Popular estivessem prontas, uma vez que

[...] os santa-marienses serão contemplados com mais um importante projeto, o *Shopping* Popular, que vai destinar espaços de comercialização para artesãos, camelôs e vendedores ambulantes. O [...] *Shopping* Popular terá outros atrativos, como um espaço destinado à realização de eventos culturais no andar térreo e uma praça de alimentação no segundo andar. No último pavimento, junto com o restante dos estandes, deverá ficar a administração do *shopping*.

Além do interesse político e de reordenação urbana, há o viés econômico da empreitada, não apenas se referindo aos ambulantes, mas também da parceria firmada entre a Prefeitura Municipal e a Rede de hipermercados francesa Carrefour, a ser fixada próxima aos vendedores ambulantes. Tal empresa firmou um acordo que ajudaria no levantamento das obras do *Shopping* Popular com a quantia de um milhão de reais. O total de investimentos para a implantação do *Shopping* foi cerca de R\$ 1,3 milhão. A obra de restauração do prédio, na Praça Saldanha Marinho, foi realizada pela BK Construções, mesma empresa que trabalhou para a instalação do Carrefour. O Hipermercado firmou a parceria através da destinação de R\$ 1 milhão, a fundo perdido, como contrapartida pelos investimentos no município. O valor restante é proveniente de uma emenda parlamentar do Deputado Federal Paulo Pimenta, através do Projeto de Inclusão Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Na concepção do governo, o *Shopping* Popular seria a solução para as fragilidades no centro da cidade (segurança, emprego formal, iluminação, revitalização da Avenida Rio Branco). Também haveria maior controle na fiscalização do comércio informal. Além disso, a ideia de que todos os vendedores fossem contribuintes tributários, como os outros setores do comércio local. Segundo Possebon (2011), as

[...] obras do *Shopping* Popular [ainda sem nome na época], o qual seria instalado no antigo Cine Independência [na Praça Central] e contaria com uma área de 1050 metros quadrados, abrigando 194 bancas. O projeto prometia ‘tirar os profissionais das ruas, além de dar melhores condições de atuação, com a qualificação das alternativas de geração de trabalho e renda’. Anunciava-se que poderiam ir para o local todos os trabalhadores informais que já

fossem cadastrados no município, fossem eles camelôs, artesãos ou ambulantes (eram cerca de 100 camelôs, 56 ambulantes e 50 artesãos cadastrados) (p. 61).

Contudo, nem todas as expectativas estavam sendo cumpridas. Nem na organização dos vendedores informais, que permanecia caótica e em expansão pelas ruas da cidade, tampouco nas obras do *Shopping Popular*, as quais não estavam sendo prosseguidas como era esperado. Além desta preocupação com as obras do *Shopping Popular*, o prefeito Cezar Schirmer (2008-2012) demonstrava a intenção de legalizar os vendedores informais da cidade, por meio de uma lei ou de um decreto.

Apenas em novembro de 2009, a Prefeitura Municipal publicou o edital para a abertura de licitação para a contratação da empresa que concluiria as obras internas do *Shopping Popular*. A empresa vencedora estaria obrigada a cumprir, no prazo de três meses, as reformas planejadas e, com seus recursos, deixar o espaço apto para as práticas comerciais o mais rápido possível. A vencedora da licitação foi a empresa CPC, de Santa Maria, a única que decidiu participar da disputa e conseguiu o direito de administrar o local durante dez anos, com a possibilidade de prorrogação de mais dez anos.

Com as obras encaminhadas, a atenção do governo se voltou para outro lado e um dos focos que seria fortemente combatido após a transferência para o *Shopping Independência*, seria a pirataria. Era de conhecimento público que um dos principais meios de obtenção do lucro dos camelôs era com os produtos ilegais (óculos, brinquedos, eletroeletrônicos, roupas, calçados, relógios, bonés) que vinham, principalmente, de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, bem como de outros países, como o Paraguai.

Nota-se que naquele momento já havia se tornado difícil qualquer forma de questionamento acerca da mudança programada para os vendedores informais da cidade. Era apenas uma questão de tempo para que todos os artesãos, ambulantes e camelôs de Santa Maria fossem realocados. Contudo, não havia como deixar de ouvir os próprios vendedores informais nesse processo de mudança física de seus estabelecimentos. Como eles entendiam essas mudanças? Eles aceitavam trocar de lugar novamente? O governo pediu sua participação na elaboração do projeto e levou em conta as necessidades dos mesmos?

Uma das maiores reclamações dos camelôs foi a total falta de diálogo entre o governo municipal e os maiores interessados. Nem o nome do *Shopping* foi escolhido por eles, o que denuncia o quão unilateral foi as decisões sobre o futuro do comércio informal em Santa Maria.

Muitos comerciantes não queriam sair da Avenida Rio Branco, mesmo sabendo que a situação do Camelódromo fosse insustentável. As críticas não cessavam para ambos os lados dessa querela. A postura tomada pela prefeitura afinal não foi democrática, nem respeitosa. Os vereadores Sérgio Cechim (PP) e João Carlos Maciel (PMDB) expuseram suas opiniões: “Faltou diálogo, faltou bom senso, [...] Faltou que uma comissão se apresente e convença os camelôs que vai ser ótimo aqui”. Por seu turno, a empresa responsável pelas obras do *Shopping* (CPC) afirmava: “a

empresa é responsável somente pela conclusão da obra e pela administração. A negociação com os camelôs e com os artesãos é com a prefeitura” (JORNAL A RAZÃO, 2010).

O receio que a transferência da Avenida Rio Branco não transcorresse de forma tranquila e harmoniosa, se confirmou, motivada pela falta de diálogo entre os interessados. Na realidade, a maioria dos vendedores informais enxergava a mudança com bons olhos. Para eles, ir para o *Shopping Independência* seria benéfico, mesmo que este não apresentasse as condições recomendáveis como o espaço e a liberdade que conviviam no Camelódromo. A prefeitura prometia que as fragilidades seriam sanadas o mais rápido possível e a mudança de ares era inevitável.

Os meses que seguiram foram de últimos retoques na estrutura do *Shopping* e nas tentativas de alguns poucos vendedores de permanecer comercializando na rua. Contudo, a realidade parecia ser diferente e a Prefeitura Municipal deixava clara sua ideia de erradicar por completo o comércio pelas ruas de Santa Maria. Ou seja: ou os vendedores facilitavam e se transferiam para o novo centro comercial ou corriam o risco de ficar sem rendimentos.

Era questão de tempo para que o novo lugar de trabalho dos camelôs estivesse a pleno vapor. Os boxes foram divididos em cinco setores: Setor A, com seis boxes no valor de R\$ 490,00; B, com sessenta e seis boxes no valor de R\$ 300,00; C, com três boxes no valor de R\$ 250,00; D com trinta e sete boxes no valor de R\$ 150,00 e dez no valor de R\$ 160,00 e; Setor E, com trinta e seis boxes no valor de R\$ 105,00 e dezenove boxes no valor de R\$ 145,00.

A esperança de dias melhores e de mais organização era o mote principal dos trabalhadores. A Avenida Rio Branco deixaria de comportar aquela imensidão de lonas e penduricalhos na sua extensão. O lugar onde seria estabelecido o comércio informal seria de melhor localização e acesso para a população santa-mariense, os problemas de ordem legal seriam sanados e as perspectivas eram as melhores. Sabe-se, porém, que nem sempre a realidade acompanha os desejos.

No dia 25 de junho de 2011, foi inaugurado o *Shopping Independência*, o primeiro mercado público da cidade de Santa Maria, semelhante aos que existem em outros grandes centros do país, com trabalho em ritmo acelerado. Era um novo momento na vida desses trabalhadores e todos só desejavam que as mudanças terminassem e que pudessem desenvolver suas atividades de forma tranquila e segura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de meados da década de 1990, a situação da informalidade em Santa Maria se tornou incontrolável, já que as atividades sem vínculo duradouro e sem a perseguição tributária se apresentaram como a saída para os momentos de crise. Todavia, a cidade de Santa Maria, mesmo tendo passado por grandes mudanças durante sua história, ainda sofria com uma organização não mais que mediana. Somado a isso, as políticas públicas insuficientes que só faziam aumentar as parcelas desprotegidas dentro da sociedade.

A fundação do Camelódromo não foi mais do que um ‘tapa-furo’, ou seja, uma solução de momento, já que a situação econômica/trabalhista vivida era nada mais do que caótica e apenas potencializou os problemas. Com uma fiscalização praticamente inexistente e a organização muito aquém do necessário, o crescimento se tornou incontrolável. Aquilo que seria a solução se apresentou como um problema que novamente ofereceria fragilidades para a população da cidade. No sentido urbano, a construção do Camelódromo na Avenida Rio Branco poderia ser facilmente chamada de crime ou atentado pelo simples fato de deixar com aquela aparência desorganizada o principal cartão postal da cidade.

Notando que a situação estava fora de controle, o governo municipal decidiu realocar novamente aqueles vendedores, que há 20 anos haviam sido levados ao Camelódromo, para o *Shopping Independência*. A mudança para o *Shopping Independência* deve ser entendida como uma evolução no comércio informal em Santa Maria, após os tempos conturbados do Camelódromo na Avenida Rio Branco (melhor localização, organização e segurança para os trabalhos desenvolvidos).

Mas o que está diferente do Camelódromo? Muitos irão dizer que a organização, a segurança, a estética, o público. Partilha-se com alguns pontos, mas há dúvidas de que a solução final é o *Shopping Independência* ou, como é conhecido por grande parcela da sociedade santa-mariense, o *Shopping ‘Popular’*, já que, quando fundado, o Camelódromo também gozava das mesmas prerrogativas. Isso, porém, não há como mensurar a curto prazo.

O que se pode notar é que as condições do *Shopping Independência* não são totalmente recomendáveis e atualmente faltam alguns elementos que possibilitem boas instalações para os vendedores e consumidores, pois o espaço é mínimo, as instalações de segurança não são as aconselháveis e a divisão por andar permanece atrapalhando no desenvolvimento das atividades.

Mesmo assim, o chamado comércio informal não terá fim, pelo menos não tão cedo. No lugar daqueles que estão hoje no *Shopping Independência*, chegarão outros e mais outros, fazendo com que seja necessária a construção ou a remodelação do atual local destinado a esses trabalhadores.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1996.

ANTUNES, Ricardo. (org.). **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. **Questões para a história do tempo presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000.

LOSNAK, C. **Polifonia urbana: imagens e representações**. Bauru 1950-1980. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

POSSEBOM, Daniela. **Do Camelódromo ao Shopping Popular Independência: uma breve história do comércio informal em Santa Maria**. Santa Maria: UFSM, 2010. Monografia do curso de História, Universidade Federal de Santa Maria. 125 p.

RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz (Org.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: UFSM, 2012.

SILVA, Maria; YAZBEK, Maria (org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

FONTES ELETRÔNICAS

JORNAL A RAZÃO. Prefeitura não volta atrás. 20 mai. 2010. Disponível em: <<http://arazao.com.br/economia/prefeitura-nao-volta-atras/>> Acesso em: 06 abr. 2012.

JORNAIS

JORNAL O EXPRESSO, Santa Maria, p. 17, 08/09 dez. de 1990.

JORNAL O EXPRESSO, Santa Maria, p. 11, 26/27 jan. de 1991.

JORNAL O EXPRESSO, Santa Maria, p. 09, 30/31 mar. de 1991.

ENTREVISTAS

FRANCHI, Miguel A. Entrevista prestada ao pesquisador Matheus Rosa Pinto, 2012.

MAFALDA, José. Entrevista prestada ao pesquisador Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2012.